

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA (MG) A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

**Elizeth Rezende Martins
Fabiane Santana Previtalli**

RESUMO

Esse trabalho consiste em uma pesquisa de mestrado, em andamento, junto ao Mestrado em Educação, discute os impactos da reestruturação produtiva na esfera educacional sobre o trabalho docente da rede pública estadual de Minas Gerais, a partir da década de 1990 na qual são intensificadas as reformas educacionais no Brasil. Para atingir esse propósito, metodologicamente, apoiar-se em revisão bibliográfica da produção sobre o tema, análise de documentos legais como Constituição Federal de 1988, LDB 9.394/96, Projeto Político Pedagógico, dentre outros de suporte teórico e pesquisas empíricas. Objetiva contextualizar a Reestruturação da educação e do Trabalho docente no cenário de mundialização do capital, face às reformas educacionais, em âmbito nacional. Os dados são preliminares, pois a pesquisa encontra-se em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente. Educação Básica. Reestruturação Produtiva.

INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se no âmbito das investigações sobre trabalho e educação e tem como temática a reestruturação produtiva na Educação, particularmente as reformas educacionais na educação básica a partir da década de 1990 e seus impactos no trabalho docente na rede estadual de Uberlândia – MG.

A lógica do sistema reprodutivo capitalista causa grande impacto principalmente nas esferas política e econômica, que indo mais além atinge as dimensões social e cultural. Tais transformações atingem fortemente o mundo do trabalho e da educação, introduzindo novas e complexas relações entre capital e trabalho, trabalho e educação.

Essa proposta parte de uma problemática identificada, em que o trabalho docente encontra-se inserido no contexto de várias transformações advindas do neoliberalismo. Por esse motivo, os professores têm sofrido relativa precarização nos aspectos relativos à empregabilidade.

Existem inúmeros problemas enfrentados pelos docentes, tendo como efeitos a (auto)intensificação do trabalho, o enfrentamento de arrochos salariais, a inadequação (ou ausência) de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias, oriundos do processo de reforma do Aparelho Estatal – torna-se mais aguda a precariedade de emprego, em que questões me despertam para a compreensão das interferências que tais reformas exercem sobre as relações de trabalho dos profissionais da educação.

Por outro lado, ainda, há um aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias vindas dos processos de reforma do Aparelho Estatal têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

Estas transformações afetam a forma de ser da classe trabalhadora, assim como a sua subjetividade. Tais alterações possibilitaram ao capital implementar um amplo processo de reestruturação, que assiste à recuperação do seu ciclo de produção afetando fortemente o mundo do trabalho.

O trabalho e a educação, como ações formativas do homem, no capitalismo, expressam limitações no desenvolvimento das qualidades humanas. A relação entre elas não é natural, neutra ou descompromissada de interesses de classe, mas histórica e pode ser possível de mudança.

Será realizada uma abordagem aprofundada sobre as reformas educacionais ocorridas nos anos 1990, com a promulgação da LDB 9394/96 que além de instituir a municipalização do ensino, aumentou as atribuições dos professores, nas quais os docentes passaram a se preocupar, além das questões relativas ao ensino-aprendizagem, com as atividades de gestão, planejamento, assistência e acompanhamento e integração escola-família-comunidade

Tem-se como objetivo geral nesse trabalho: analisar a reestruturação produtiva, particularmente as reformas educacionais e seus impactos no trabalho docente da rede pública estadual de Minas Gerais, a partir de 1990 quando se intensificam as reformas educacionais no Brasil e em Minas Gerais. Para tanto, busca-se contextualizar a reestruturação da educação e do trabalho docente no cenário de mundialização do capital, especialmente no âmbito nacional, face às reformas educacionais dos anos 1990, o estudo inclui revisão de literatura, análise de documentos de órgãos responsáveis por deliberar sobre políticas públicas educacionais no Brasil.

O estudo bibliográfico envolverá uma discussão sobre a temática do capitalismo, inserida no conceito histórico da reestruturação produtiva do mundo do trabalho frente à reconfiguração do cenário político mundial. O estudo bibliográfico analisará os periódicos de maior relevância na área em articulação com a atual literatura referente à temática abordada, com fundamentos tanto no pensamento clássico ou interpretações do desenvolvimento brasileiro.

Por fim, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com docentes da rede estadual de ensino da cidade de Uberlândia/MG. Estas entrevistas serão norteadas por questões fechadas e semi-abertas, de forma a diagnosticar as reais condições de trabalho dos professores da rede pública estadual de Minas Gerais, concernentes às reformas educacionais neoliberais ocorridas após a década de 1990.

De posse dos referenciais teóricos e documentos legais, será realizado um confronto e análise de todos os dados encontrados no decorrer da pesquisa.

Para a análise das entrevistas semi-estruturadas, será verificada a frequência das respostas apresentadas, bem como uma análise crítica do conteúdo dessas respostas. As perguntas das entrevistas destinadas aos docentes objetivam fornecer um diagnóstico da situação vivenciada por esses profissionais frente às políticas públicas de caráter neoliberal em âmbito nacional e estadual.

As questões concernentes às mudanças nas condições dos trabalhadores docentes envolvidos, serão abordadas de forma direta ou indireta, no processo de reforma educacional no cenário de mundialização do capital.

Enquanto objetivos busca-se a discussão, reflexão e compreensão do processo de reestruturação produtiva na Educação, compreendendo a sua relação com as mudanças no trabalho dos docentes, a contextualização histórica da reestruturação da educação e do trabalho docente a partir do estudo de discursos críticos reconhecidamente imprescindíveis, especialmente no âmbito brasileiro, face às recentes reformas educacionais; a verificação dos impactos e desdobramentos da reestruturação produtiva da educação nas condições atuais de trabalho dos professores da rede estadual de Minas Gerais frente às reformas educacionais implementadas no Brasil e no estado, a partir da década de 1990.

A EDUCAÇÃO VERSUS TRABALHO

A educação é compreendida como aprendizado através do qual o ser social, por meio do seu trabalho, incorpora certos conhecimentos que lhe permitem compreender e agir sobre a realidade a qual se situa, é uma atitude que assinala a própria materialidade do homem (SANTOS, 2005). Dessa forma, entende-se a educação é percebida como esfera que permite ao indivíduo estabelecer a ligação com suas condições materiais de existência.

É necessário estabelecer a discussão entre as categorias trabalho e educação devido à dicotomia da sociedade diante das esferas organizacionais da educação e do trabalho, bem como diante dos padrões sociais impostos. De acordo com Kuenzer (1997), os avanços das tecnologias proporcionados pelo saber científico não acontecem na escola, mas dentro das relações sociais entre o homem e a natureza, o homem e os outros homens e o homem consigo mesmo. Inserido nesse contexto, o capital apropria-se estrategicamente deste referido saber, apresentando como prioridade, o aumento da lucratividade. Por sua vez, a educação oferecida pelas instituições escolares reproduzem esses padrões econômicos, com o enfoque na educação enquanto criadora de força de trabalho.

Se o saber é produzido socialmente, pelo conjunto de homens nas relações que estabelecem no trabalho para garantir sua sobrevivência, ele é elaborado, sistematizado previamente. Historicamente, a classe social que detém a posse dos instrumentos materiais também, e não por coincidência, detém a posse dos instrumentos intelectuais que lhe permitem sistematizar o saber socialmente produzido, transformando-o em 'teoria'. Assim mesmo existindo nas relações sociais, o saber é elaborado pela classe dominante, passando a assumir o ponto de vista de uma classe social, que o utiliza a seu favor. (KUENZER, 1997, p. 27).

Ao se problematizar a dialética entre educação e trabalho é fundamental realizar uma análise sobre a diferença entre “Educação no trabalho” e “Educação para o trabalho”, pois se trata de dois antagonismos que promovem, através de sua diferenciação, as contradições do caráter educativo do trabalho.

A educação no trabalho é uma vantagem concernente à lógica do capitalismo, a qual objetiva uma formação desenvolvida, técnica e limitada a partir do conhecimento tácito. Conforme Kuenzer (1997) esse conhecimento é concebido

através da observação dos companheiros, da ação dos instrutores, de treinamentos eventuais, ele vai experimentando, analisando, discutindo, refletindo, descobrindo e, desta forma, desenvolvendo um conjunto de modos

próprios de fazer e de explicar esse fazer, que extrapola o âmbito do próprio trabalho, a partir das necessidades determinadas pela vida em sociedade. Assim, o trabalhador vai elaborando um saber eminentemente prático, fruto de suas experiências empíricas, que, sendo parciais em função da divisão técnica do trabalho, originam um saber igualmente parcial e fragmentado. (KENZER, 1997, p.23)

No contexto do trabalho, a educação visa preparar o trabalhador para realizar a função que lhe é delimitada. Nesse sentido, conforme Braverman (1980, p. 124)

A transformação da humanidade trabalhadora em uma “força de trabalho”, em “fator de produção”, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modos inumanos, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam. (BRAVERMAN, 1980, p.124)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde a década de 1990, as políticas para a Educação Básica no Brasil introduzem formas de controle e intensificação do trabalho docente que tomam a subjetividade das professoras e as emoções no ensino (HARGREAVES, 1998). Pensar a atuação docente na atualidade remete à relação entre escola e sociedade:

Se o professor refletir sobre si mesmo, sua trajetória profissional, seus valores e crenças, suas práticas pedagógicas, encontrará manifestações não semelhantes, ao longo do tempo. Esse jogo de relações entre a escola e a sociedade precisa ser desvendado para que se possa compreender e interferir na prática pedagógica (CUNHA, 2003, p. 24).

Estudos que discutem as reformas educacionais são unânimes em vincular as transformações no campo educacional e no trabalho docente à emergência, no pós-guerra, de uma nova ordem econômica internacional. Esta, sob o impacto da revolução científica e tecnológica, vem alterando profundamente os processos econômicos e as relações de trabalho.

Ao final dos anos 1980, a economia brasileira foi assolada pela escalada inflacionária que chegou perto da hiperinflação. Nos anos 1990, o Brasil se adaptou ao modelo neoliberal após a eleição de Fernando Collor, que implementara um projeto de modernização econômica e industrial por meio de um processo de competitividade com base na abertura de mercado. Por conseguinte, se levou, às escolas, a produção mercantil, influenciando vários níveis de educação. Tem-se que “[...] o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado

por políticas de centralização, diferenciação e diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública” (DOURADO, 2002, p. 236).

A partir de 1995, as reformas educacionais ganharam força, sendo que, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), presidida por Bresser Pereira, que deu encaminhamento a diversas medidas de reestruturação da máquina do Estado, como na educação, que passara por várias mudanças.

Assim, as reformas educativas que tencionam adequar o sistema educacional à reestruturação produtiva e aos rumos do Estado reafirmam a centralidade da formação desses profissionais.

As reformas educacionais mundiais e as brasileiras apresentam a “tentativa de melhorar as economias nacionais pelo fortalecimento dos laços entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercados sendo vista pelos governantes como uma possibilidade de ingresso no mercado capitalista mundial” (AZEVEDO, 2004, p. 7-8).

Ao analisar os aspectos concernentes às políticas públicas nos últimos tempos, percebem-se as modificações trazidas por processo de globalização, configuração das ideias neoliberais e pulverização e flexibilização do trabalho. Assim surge o capital, com características de mobilidade, fluidez e volatilidade, e o trabalho, que é lento, preso e represado.

As modificações na produção capitalista estão associadas ao universo da produção e ao mundo do trabalho, visto da seguinte forma: “Processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Ao atuar, por meio desse movimento [...], ele modifica a sua própria natureza” (MARX, 2004, p. 36). De acordo com Braverman (1980), o trabalho é visto como um projeto em que o homem se altera e altera o mundo. Para Antunes (2006), o trabalho é voltado para a formação do ser social e a compreensão do processo de humanização e libertação. Nos moldes capitalistas, o trabalho adquire o significado de alienação, sendo visto como mercadoria. A força de trabalho se torna acumulação de capital, e as relações sociais se tornam exploração (BERNARDO, 1998).

Esse quadro desencadeou uma difusão dos pensamentos neoliberais, com o Estado assumindo um novo papel, frente ao contexto de globalização econômica. O Brasil iniciou uma Reforma de Estado, com um modelo de administração pública gerencial com base nos moldes da iniciativa privada, para melhorar a prestação dos serviços públicos (ALVES, 2006).

Para se adequar ao cenário mundial, o Brasil reformulou esferas do governo, o que atingiu a *educação*. A escola sofreu mudanças por meio das políticas educacionais, o que obrigou os profissionais da área a se ajustarem às formas de gestão escolar, à organização do ensino e às exigências sobre sua atuação profissional (BRITO, 2008).

Com vistas a acompanhar as tendências neoliberais mundiais, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou o Planejamento Político-Estratégico do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para orientar as reformas educacionais (SILVA JÚNIOR, 2002). Iniciou-se, então, uma ampla reforma educacional, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394, em 20 de dezembro de 1996. Assim, surgiram as denominadas “reformas educacionais” dos anos 1990, sob a perspectiva de projetar as políticas educacionais nos moldes do neoliberalismo. A educação passou a ser inserida num contexto de empregabilidade, com a noção de equidade, e não mais de igualdade (GENTILI, 1996).

Já no cenário de reforma educacional, os indicadores que sinalizaram a intencionalidade e implementação de mudanças foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996; as ações do MEC – mudanças curriculares e organização geral da escola (Parâmetros Curriculares Nacionais e o Sistema de Avaliação da Educação Básica); as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo Conselho Nacional de Educação; as políticas de financiamento (Fundos Nacionais de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Básica); dentre outros. Eles foram aprovados com o objetivo de regulamentar a formação de professores da Educação Básica.

Diante disso, Minas Gerais teve sua primeira iniciativa dentro do discurso da modernização, denominado por Marques (2000) de “tempo da democratização”. No governo de Hélio Garcia (1984-1986), o trabalho docente foi levado à polivalência, para se responsabilizar por qualquer conteúdo necessário; com essa medida foi criada a gratificação de incentivo à docência e à progressão horizontal (MARQUES, 2000).

Dando sequência ao processo, no governo de Newton Cardoso, em 1987, ocorreu o período de “modernização e racionalização do estado”, com redução de gastos relacionados aos recursos humanos na área educacional e, conseqüentemente, um aumento do trabalho do profissional da educação, que passou a acumular tarefas (MARQUES, 2000).

A reforma educacional tem uma de suas raízes na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Ela foi a tentativa de orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para a equidade

social, que resultou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Tal plano traçou os rumos da educação nos nove países classificados como *E-9* (piores indicadores educacionais do mundo): Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão.

Após a assinatura da Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada durante a Conferência acima citada, os estados brasileiros depararam-se com um novo problema: o grande número de alunos nas escolas e a má qualidade de ensino para atender a toda essa nova demanda, o que trouxe o aumento da evasão e da repetência escolar nas instituições escolares.

O governo de Minas Gerais, sob o comando de Hélio Garcia (1991-1994), desenvolveu reformas voltadas para conceitos mundiais. Nasceu assim a Gerência da Qualidade Total da Educação e o Pró-qualidade, com vistas a reorganizar o sistema escolar mineiro, período denominado “tempo da qualidade total na educação” (MARQUES, 2002). Os programas acompanharam as tendências mundiais e nacionais, atuando na autonomia dos professores e da direção escolar; pretende-se aumentar as responsabilidades das escolas, com capacitação de professores, avaliação de desempenho e municipalização (AUGUSTO; MELO, 2004).

De 2003 a 2006, o governador Aécio Neves focalizou sua reforma administrativa aplicando o chamado “Choque de Gestão”, que pretendia eliminar as pendências financeiras e resgatar a modernização de Minas Gerais. Foram assim criados os Planos de Carreira para os servidores públicos estaduais, dentre outras ações que foram aplicadas em 2005 e direcionadas ao desenvolvimento da carreira e ao processo de Avaliação Individual de Desempenho (ADI) dos servidores para aumentar a eficiência da administração pública (MINAS GERAIS, 2003).

OBJETIVOS E METODOLOGIA

Os objetivos aqui propostos serão analisados e problematizados para averiguar as efetivas condições estruturais concebidas a partir de processos histórico-sociais mais amplos, como a inserção da Reestruturação Produtiva do mundo do trabalho na economia global, contextualizando-os num conjunto de alinhados interesses políticos, econômicos e sociais.

A pesquisa empírica será focada no estudo de caso de um conjunto de duas escolas públicas estaduais localizadas em Uberlândia (MG), por meio das entrevistas, para verificar os impactos da Reestruturação Produtiva da Educação sobre o trabalho docente.

Será realizado o levantamento das fontes bibliográficas e documentais a nível nacional e estadual, tais como: legislações pertinentes à temática proposta, resoluções, pareceres, diretrizes curriculares; projetos político-pedagógicos das escolas estaduais, regimentos escolares, plano de carreira dos servidores; dentre outros de suporte analítico à pesquisa. Teremos, como fonte complementar de pesquisa, a internet que guarda inúmeros sites e bancos de dados.

Os documentos constituem uma fonte poderosa da qual se retiram evidências que fundamentam informações e declarações do pesquisador; e representam uma fonte “natural” de informação. Não são apenas fontes contextualizadas, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre ele (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Serão feitos o confronto e a análise dos dados encontrados, subsidiando o desenvolvimento da presente pesquisa.

A fim de se alcançar o **primeiro objetivo**, será feito um estudo bibliográfico acerca da temática proposta, e o elemento central de análise será a Reestruturação Produtiva da Educação e os seus impactos, com enfoque no mundo do trabalho frente à reconfiguração do novo cenário político mundial. O estudo bibliográfico analisará periódicos e os articulará com a atual literatura.

De forma a atingir o **segundo objetivo**, será realizado um confronto teórico sobre o papel da Reestruturação da Educação e do Trabalho docente nas recentes reformas educacionais, procurando levantar a produção acadêmica e científica de trabalhos diversos (relatórios de pesquisa e dissertações) que tenham problemas/hipóteses específicos, oriundos do estudo crítico acerca do estudo em questão. Assim, tentar-se-á contextualizá-la historicamente.

No **terceiro objetivo**, será realizada uma análise documental e legal, frente às reformas educacionais ocorridas em âmbito nacional e estadual e já implementadas. São elas: a Constituição Federal de 1988, a LDB n. 9.394/1996, os projetos político-pedagógicos das escolas, os planos de carreira dos servidores, as resoluções e as diretrizes nacionais sobre políticas públicas educacionais, para verificar impactos e desdobramentos da Reestruturação Produtiva da Educação nas condições de trabalho de professores de Minas Gerais (rede estadual).

Para atingir o **quarto objetivo**, será realizada uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com professores da Educação Básica de duas escolas da rede pública estadual de Uberlândia (MG), dos quais pretendemos destacar aqueles que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano do ciclo de 9 anos). Uma é localizada na região central e a outra, na periferia da cidade, em que elas serão comparadas para identificar as reais condições de trabalho docente e a situação das escolas frente às recentes reformas educacionais.

Tal escolha se dará por meio da análise dos resultados das avaliações externas realizadas pelos alunos de tais escolas. Aquela que apresentar, na região central, os maiores resultados e a da região periférica que possuir o menor resultado serão escolhidas e analisadas durante o percurso da pesquisa, procedendo com o estudo comparativo das duas realidades escolares.

Durante a análise das entrevistas semiestruturadas, serão levantadas as frequências das respostas apresentadas, assim como será feita uma crítica do conteúdo destas, sendo caracterizada como uma pesquisa do tipo quantitativo-qualitativo.

As entrevistas podem ser utilizadas de duas formas: como estratégia dominante para o recolhimento de dados; ou empregadas juntamente com a observação participante, a análise de documentos e outras técnicas. Nessas situações, a entrevista é aplicada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo desenvolver uma ideia sobre como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (BODGAN; BIKLEN, 1994, p. 134). As perguntas contidas nas entrevistas e destinadas aos docentes fornecerão o diagnóstico intuitivo da situação vivida por eles, tendo em vista as políticas públicas neoliberais em âmbito nacional e estadual.

A combinação dos métodos de pesquisa tentará explicar a realidade estudada, na medida em que focaliza a dinâmica dos sujeitos, seus modos de ser e de agir em determinadas situações de trabalho, num direcionamento de análise da relação do todo com as partes.

CRONOGRAMA

Março a julho de 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento de créditos obrigatórios do Programa de Mestrado, conforme disciplinas obrigatórias e eletivas. - Fundamentação teórica e pesquisa bibliográfica/documental. - Reuniões de orientação com o professor-orientador. - Sistematização e organização dos capítulos da dissertação.
Agosto a dezembro de 2014	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprimento dos créditos obrigatórios do Programa de Mestrado, conforme disciplinas obrigatórias e eletivas. - Reuniões de orientação com o professor-orientador. - Participação em atividades organizadas pelo programa. - Continuidade de pesquisa documental. - Início dos trabalhos de escrita dos capítulos da dissertação.
Janeiro a julho de	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de orientação com o professor-orientador. - Coleta e análise de dados das entrevistas semiestruturadas.

2015	- Redação dos demais capítulos da dissertação/qualificação.
Agosto a dezembro de 2015	- Reuniões de orientação com o professor-orientador. - Considerações e reformulações da dissertação. - Defesa da dissertação de Mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras realizadas até o momento acerca dessa proposta de estudo despertam cada vez um maior interesse por conhecer detalhes sobre o assunto que está consubstanciado na análise da reestruturação produtiva, particularmente as reformas educacionais e seus impactos no trabalho docente da rede pública estadual de Minas Gerais, na cidade de Uberlândia/MG, a partir da década de 1990, quando são intensificadas as reformas educacionais no Brasil e em Minas Gerais.

Embora contando até o momento com dados preliminares, considerando uma pesquisa ainda em andamento, é reconhecida, a cada passo, a real necessidade de um olhar mais atento sobre a reestruturação da educação e do trabalho docente no cenário de mundialização do capital, especialmente no âmbito nacional, em face destas reformas implementadas.

As reflexões a serem realizadas levarão em consideração, sobremaneira, as políticas públicas que orientam a reestruturação produtiva na esfera educacional e seus impactos no trabalho docente da rede pública estadual de Minas Gerais, a partir de 1990.

Pretende-se, portanto, constatar como se apresentam as condições estruturais de trabalho docente na cidade de Uberlândia (MG), tendo em vista os professores da rede pública estadual de ensino, após as reformas educacionais empreendidas principalmente na década de 1990.

Espera-se, portanto, que esta pesquisa contribua para a difusão das questões que envolvem a temática “Trabalho e Educação”, despertando o crescente interesse pela pesquisa acadêmica e científica, podendo também estar relacionada a outras áreas de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 23., São Paulo, set. 2000. **Anais...** São Paulo, set. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/23reuan.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

ALVES, Ana Carolina Timo. As reformas em Minas Gerais: choque de gestão, avaliação de desempenho e alterações no trabalho docente. In: Seminário de Regulação Educacional e Trabalho Docente, 6., Rio de Janeiro, 2006. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

AUGUSTO, M. H. O. G.; MELO, S. V. D. A. A (des)valorização do magistério na rede pública estadual de Minas Gerais. In: Reunião Anual da ANPED, 27., Caxambu, nov. 2004. **Anais...** Caxambu, nov. 2004. Disponível em: <www.anped.org.br/reuniões/27/inicio.htm>. Acesso em: 9 jul. 2013.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

BERNARDO, João. **Estado**: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Escrituras, 1998.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 8 ago. 2013.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRITO, L. H. P. F. **A educação na reestruturação produtiva do capital**: um estudo sobre as reformas educativas e seu impacto no trabalho docente na rede estadual de ensino de Minas Gerais (2003-2008). 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.) **Currículo**: Políticas e Práticas. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Jomtien, Tailândia. 5 a 9 mar. 1990.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.) **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Orgs.) **Escola S.A.** – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, p. 9-49.

HARGREAVES, A. **Os professores em tempos de mudanças**: o trabalho e a cultura dos professores na Idade Moderna. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, R. M. ; Previtali, F.S. Impactos das políticas públicas do trabalhador da educação na rede estadual de ensino de Patos de Minas/MG em 2011. **Revista LABOR**, nº6, p. 326-343. v.1, 2011. ISSN: 19835000.

MARQUES, M. R. A. Resenha. PEIXOTO, M. do C. de L. (Org.).Educação Superior: avaliação da produção científica. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/UFMG, 2000, 293 p.. Revista Brasileira de Educação, Autores Associados, n. 18, p. 148-149, 2001.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MINAS GERAIS. **Lei Complementar n. 71, de 30 de julho de 2003**. Disponível em: <<http://hera.almg.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Choque de Gestão**.Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

VILHENA, R. et al. (Orgs.) **O choque de gestão em Minas Gerais**: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.